



Abertura da reunião: dez horas e quinze minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

Data: 12 de novembro de 2018 -----

Local: Gabinete do Presidente da Câmara Municipal -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

Presidente: João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

Vereadores: António Manuel Almeida Rego da Silva

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

Secretário: Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social,
António José da Silva Fernandes

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente João Paulo Fonseca disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 218 de 09 de novembro de 2018, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 25 de outubro e 6 de novembro de 2018. ----

VIII Jornadas Sociais -----

O presidente João Paulo Fonseca apresentou o evento, subordinado ao tema “Património Humano: Utente, Família e Profissionais”, tendo convidado os vereadores a marcarem presença. -----

Prémios Município do Ano 2018 -----

O presidente João Paulo Fonseca anunciou que o município está entre os finalistas, com o projeto Espaço Escoras, concebido em parceria com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Armamar. -----

Correios -----

O presidente João Paulo Fonseca fez constar a intenção da Comunidade Intermunicipal do Douro tomar outras medidas contra o encerramento, a somar à providência cautelar. -----

O vereador António Silva congratulou-se com a notícia. -----

Educação -----

O vereador António Silva manifestou agrado pelo teor da comunicação proveniente da Associação de Pais e Encarregados de Educação, respeitante aos recintos desportivos do parque escolar e às refeições servidas aos alunos. A mensagem “dá um pouco mais de força à câmara municipal” junto da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e do seu principal representante, afirmou. -----

A vereadora Cláudia Damião disse não ser prioritária a colocação da “cobertura de acesso do portão do centro escolar até à entrada da escola”, porque a maioria das crianças são transportadas em veículos e seria suficiente haver disciplina no trânsito, à porta do estabelecimento, com primazia às viaturas municipais, para evitar a exposição prejudicial à chuva. Como há poucas áreas cobertas dentro do recinto escolar, seria “muito mais útil para todos investir” aí, concluiu. -----

Iluminação pública -----

O vereador Jorge Rodrigues registou a falta de substituição de lâmpadas fundidas. Mencionou o caso de Folgosa, com cerca de trinta lâmpadas fundidas e o relato de bombeiros voluntários acerca das dificuldades sentidas, manhã cedo, para recolher os doentes a conduzir à hemodiálise. -----

O presidente João Paulo Fonseca deu nota negativa à EDP. Falou da reunião que teve com dois responsáveis da empresa, devido ao atraso das intervenções planeadas para as ruas da vila de Armamar, onde pediu a substituição das lâmpadas fundidas. Acrescentou

↓
A

que, entretanto, teve conhecimento do início dessa operação em São Joaninho, Vacalar e Vila Seca. Explicou, ainda, como a EDP faz a gestão das reclamações. -----

Pedidos de informação -----

O vereador Jorge Rodrigues pediu a relação das obras realizadas por administração direta e dos lotes disponíveis para alienação na zona industrial. -----

O presidente João Paulo Fonseca atribuiu o atraso da apresentação da relação das obras realizadas por administração direta à ausência do encarregado geral operacional, devido a ter sido submetido a intervenção cirúrgica. Depois, disse haver, pelo menos, um lote disponível. -----

O vereador António Silva equacionou o recurso, caso fosse possível, à figura da reversão, para libertar os lotes sem edificações ou atividade percebida e os colocar à disposição de eventuais investidores. -----

Zona industrial -----

O vereador Jorge Rodrigues sinalizou a falta de “pavimento em todos os passeios”, chamou a atenção para a “situação do lixo que continua na mesma” e propôs a “colocação de contentores de lixo de grandes dimensões. -----

O presidente João Paulo Fonseca discordou da observação alusiva aos passeios, porque não se pode confundir passeios danificados com a inexistência deles. -----

O vereador António Silva fez saber que tem marcada reunião com representante da RESINORTE para falar sobre contentores e disponibilizou-se para apresentar essa proposta. -----

Água -----

O vereador Jorge Rodrigues formulou algumas perguntas, com o intuito declarado de perceber se há relação entre a qualidade da água da rede pública de abastecimento e algumas doenças, apesar de ter sabido que é “analisada e é boa”. Propôs a realização

ações de informação sobre o assunto e de estudo aprofundado sobre as doenças mais proeminentes. -----

O presidente João Paulo Fonseca disse que são realizadas cerca de oitocentas e cinquenta análises por ano, a cargo das Águas do Norte S. A. e do município, através de recolhas nas habitações e nos fontanários, com resultados admissíveis. -----

O vereador Jorge Rodrigues questionou a eficácia do tratamento, porque “parece que a água depois de tratada, fica pouco tempo nos reservatórios” e não permite a ação completa de cloros e outros químicos. -----

O presidente João Paulo Fonseca afirmou que a “maior parte da água sai tratada da ETA de Lumiares. Nos depósitos pode haver algumas correções ao PH, cloro, etc.” Colocou reservas à realização de ações que possam criar alarmismos sem fundamento, porque não há evidências da associação das doenças, por exemplo, aos tratamentos dos pomares ou às linhas de alta tensão. Por outro lado, apoiou a realização de eventos sobre boas práticas ambientais. -----

Igreja Matriz de São Miguel de Armamar -----

O vereador Luciano Teixeira chamou a atenção para as infiltrações da água da chuva, facto também verificado na capela da Nossa Senhora da Conceição. -----

A vereadora Cláudia Damião deu testemunho do problema e afirmou que “o município fez ao seu nível aquilo que lhe cabia”, pois o imóvel é propriedade da Secretaria de Estado e do Tesouro e está ao cuidado da comissão fabriqueira, cabendo a esta “ser um bocadinho mais ativa e interventiva”. Deu nota dos contatos estabelecidos com a Direção Regional de Cultura do Norte para obter orientações técnicas para as intervenções a realizar e das solicitações feitas ao proprietário, no sentido de o sensibilizar. -----

O presidente João Paulo Fonseca explicou porque é necessário realizar “intervenção

mais profunda”, partindo da menção à limpeza do telhado que, ironicamente, “prejudicou mais do que aquilo que beneficiou”. Atribuiu à comissão fabriqueira a responsabilidade pela iniciativa, seja pela persuasão do Estado para cuidar do seu património ou pela angariação de apoios a nível local, reduto este onde o município assumirá a sua natural condição de parceiro, canalizando os meios possíveis. -----

Sobre a capela da Nossa Senhora da Conceição, disse desconhecer e estranhar essas ocorrências, porque há cerca de cinco anos foi intervencionada, com acompanhamento de técnicos municipais. “Tem de se verificar o que se passa e responsabilizar quem tem de ser responsabilizado”, asseverou. -----

Programa EDP Tradições 2018-2020 -----

A vereadora Cláudia Damião lamentou a reprovação da candidatura apresentada, devido à falta de dotação financeira. Ela integrava um projeto relacionado com a criação de cabras e cabritos e um outro voltado para a preservação das tradições, contemplando a criação de centro de artes e ofícios. -----

Telecomunicações -----

O vereador Luciano Teixeira deu nota da abertura de vala na vila de Armamar para os cabos e perguntou “porque não o fazem” nas ruas Cândido dos Reis e Florêncio Caetano, se “têm tudo pronto para isso”. -----

O presidente João Paulo Fonseca distinguiu a infraestrutura das ligações, sendo que estas só são feitas a pedido dos particulares. Acrescentou que, “em relação à EDP e PT, vai passar tudo o que é cabos aéreos para subterrâneos”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ata da reunião realizada em 21 de setembro de 2018 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Ata da reunião realizada em 12 de outubro de 2018 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Informação n.º 720DADS18 – Contratação de empréstimo de curto prazo até ao montante de 200.000,00 EUR -----

Transcrição: -----

“Considerando que: -----

1. A 15 de outubro de 2018 foi efetuada, por correio eletrónico, a consulta a 6 entidades financeiras para celebração de contrato que tem como objeto a “contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2019”, a saber: -----

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.; -----

b) Banco Santander Totta, S.A.; -----

c) Millennium BCP – Banco Comercial Português, S.A.; -----

d) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, CRL; -----

e) Banco BPI, S.A.; -----

f) Novo Banco, SA. -----

2. O prazo de entrega das propostas expirou no dia 26 de outubro de 2018, às 16h00, não tendo nenhuma das entidades financeiras consultadas apresentado proposta. -----

Assim, face aos considerandos, propõe-se o seguinte: -----

1. Não se recorrer ao empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2019; ou -----

2. Nova consulta às mesmas entidades financeiras, concedendo-lhes novo prazo para apresentação de propostas. -----

Decisão: -----

É competente para autorizar a contratação do empréstimo de curto prazo para 2019 a Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual

redação, contudo é suficiente nesta fase que a Câmara Municipal delibere. _____

Caso a decisão seja recorrer a uma nova consulta, propõe-se (anexo) a aprovação das seguintes peças: _____

1. Caderno de encargos; _____

2. Capacidade de endividamento municipal; 3. Ficha do Município 3T 2018. _____

Informação do dirigente: Subcrevo. Submeter à apreciação e votação câmara municipal.” -----

Informação do dirigente: -----

“Subcrevo. Submeter à apreciação e votação câmara municipal.” -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção (a saber: Luciano Gomes), realizar nova consulta. -----

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Armamar – Pedido de isenção do pagamento do serviço de refeição – Crianças de nacionalidade Búlgara -----

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Armamar, por ofício, cuja entrada teve o NIPG 2136/18, diz ter havido a necessidade de assegurar a frequência de doze crianças em contexto escolar, por se encontrarem a residir temporariamente no concelho, sem qualquer tipo de enquadramento e solicita a isenção do pagamento das refeições às referidas crianças, uma vez que se trata de agregados familiares em situação de instabilidade tanto a nível profissional como habitacional. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

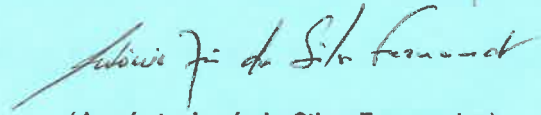
Forma de votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)



(António José da Silva Fernandes)